

CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES NO PÓS ABOLIÇÃO: AS RELAÇÕES DE COMPADRIO E DADOS POPULACIONAIS EM SERGIPE

Ane Luíse Silva Mecenas Santos¹ | Ana Claudia Pereira² | Bruna Ribeiro dos Santos³
José Daniel Vieira⁴ | José Elberson Galvão Santos⁵ | Layra Regina Cupertino Lopes⁶
Suyan Dionizio Alves Teles Santos⁷ | Ticiane dos Santos⁸ | Daniel Rito⁹

História



RESUMO

Este artigo visa descrever as etapas do projeto “As práticas de compadrio e de sociabilidades entre homens de cor na Província e no Estado de Sergipe entre 1850 e 1950.” O marco temporal justifica-se pelo fato de ser representativo para o entendimento das transformações sociais que ocorreram em Sergipe em dois tempos distintos: o tempo do cativo e o tempo do pós-abolição. Portanto, o objetivo dessa pesquisa consiste na preservação documental, por meio da digitalização dos acervos paroquiais, assim como compreender as práticas de compadrio como estratégias de negociação da população de cor em Sergipe nos últimos decênios da escravidão em contraponto com os primeiros decênios do pós-abolição. Nesse sentido, a investigação contribuirá para a discussão a respeito da população afro-sergipana no período imperial e republicano, preenchendo uma lacuna da historiografia local. Trata-se de um projeto financiado pelo Ministério da Cultural, selecionado pelo Edital PROEXT PROPESQ – UFPE: preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-brasileiro.

PALAVRAS - CHAVE

Práticas de Compadrio. Práticas de Sociabilidade. Sergipe. Escravidão. Pós-Abolição.

ABSTRACT

This article aims to describe the stages of the project "The practices of cronyism and sociability among men of color in the Province and State of Sergipe between 1850 and 1950." The timeframe is justified by the fact that it is representative for the understanding of social transformations that occurred in Sergipe at two different times: the time of captivity and the time after the abolition. Therefore, the aim of this research is to document preservation through digitization of parish collections, as well as understand the practices of cronyism as negotiation strategies of the colored population in Sergipe in the last decades of slavery as opposed to the first decades of the post-abolition. In this sense, the research will contribute to the discussion of the Sergipe-African population in Republican and Imperial period, filling a gap of local historiography. This is a project funded by the Ministry of Culture, selected by Notice PROEXT PROPESQ - UFPe: preservation and access to goods Afro-Brazilian heritage.

KEYWORDS

Crony Practices. Sociability Practices. Sergipe. Slavery. Post-Abolition.

1 INTRODUÇÃO

O projeto "As Práticas de Compadrio e de Sociabilidades entre Homens de cor na Província e no Estado de Sergipe entre 1850 e 1950" tem foco na história social do pós-abolição e seguirá os pressupostos metodológicos da pesquisa histórica. No primeiro momento haverá a leitura de textos que fundamentarão o entendimento sobre a temática, com a discussão sobre os conceitos que norteiam a investigação como memória, experiência, pós-abolição, compadrio, redes de sociabilidades, negociação e cultura política. Essas leituras serão de fundamental importância para o entendimento das práticas sociais na sociedade sergipana da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, pois evidencia que as relações entre senhores, escravos e libertos extrapolavam o binômio dominador/dominado, podendo constatar a hipótese de que as redes de sociabilidades entre a população escrava e seus senhores tinham nas práticas de compadrio uma de suas estratégias centrais na política de conciliação e construção de tréguas.

A revisão do Estado da Arte evidenciará a emergência das práticas de compadrio na seara de estudos da História Social da Cultura, o que possibilitará a construção da crítica historiográfica local pautada no processo de redefinição da historiografia nacional. Nesse sentido, a problematização historiográfica se constitui um dos pilares desse estudo, pois se torna um dos fundamentos no processo analítico da documentação eclesiástica das Paróquias.

Como se trata de uma pesquisa na área de História torna-se indispensável o tratamento com as fontes. A primeira etapa desse trabalho será a heurística, ou seja, a busca pelos documentos concernentes ao tema estudado. Nesta etapa foi realizado o levantamento, seleção e transcrição dos documentos dos acervos das Paróquias selecionadas, além da busca de documentos complementares a análise dos dados nos acervos da Biblioteca Pública Epifânio Dória, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Instituto Tobias Barreto, Biblioteca Central (UNIT).

Após o primeiro momento de levantamento documental, haverá o processo de higienização dos livros de batismos, no intuito de evitar danificações na documentação no período de consulta e de prolongar a longevidade da fonte.

Quanto à tipologia documental, também, serão analisados os livros de tomo das Paróquias. Esse cruzamento de fontes tem como intuito promover a interlocução e inteligibilidade das informações contidas nos livros de batismos, pois possibilitará compreender aspectos relevantes, como um possível aumento do número de cerimônias de batismos em determinadas épocas do ano ou até mesmo em dias específicos. O cruzamento de fontes distintas possibilitará compreender o ritual do batismo dentro de parâmetros sociais em que a população de cor usufruía o descanso (nos tempos do cativeiro) ou exercia a liberdade (tempos do pós-abolição), ou ainda perceber que um aumento sensível no número de batizados no mesmo dia pode estar articulada a realização de uma solenidade religiosa que envolvia a maior parte da população da cidade.

De qualquer modo, o cruzamento documental é fundamental na investigação histórica e abre campo para a análise crítica do pesquisador, por meio do diálogo com historiadores como Natalie Zemon Davis, em que discute história como um campo para as possibilidades (DAVIS, 1987).

2 PERÍODO HISTÓRICO: ANÁLISE DAS FONTES DOCUMENTAIS DE PESQUISA

Ao estudar determinado período histórico, o pesquisador deve atentar-se para as possíveis estratégias utilizadas no passado. Nesse sentido, o documento não perde o seu valor de prova, mas assume uma perspectiva de possibilidades para outras interpretações, como elucidou o historiador italiano Carlo Ginzburg ao analisar a escrita da história por Davis (GINZBURG, 1991).

No entanto, vale ressaltar que a noção de documento não se restringe apenas aos registros escritos. Atualmente, documento pode ser entendido como todos os resquícios produzidos pelo homem por meio do tempo e que chegam até nós. É assim que emergem fontes antes esquecidas ou menosprezadas como construções, objetos pessoais, fotografias, vestuário e a oralidade. Partindo deste pressuposto, esse

estudo terá como foco uma tipologia documental que durante muito tempo foi negligenciada pelos historiadores e que passa a evidenciar traços de outros tempos. São registros que trazem informações dos tempos pretéritos e marcas de sua trajetória, ou seja, trazem sinais, resquícios do passado.

Devido à diversidade documental utilizada, será fundamental a segunda etapa da pesquisa, a crítica histórica. Neste momento serão analisadas as fontes a partir de seus elementos internos e externos. É imprescindível comparar as informações dos documentos de naturezas distintas, possibilitando compreender com uma visão mais ampla o objeto de estudo. É importante lembrar que todo documento, seja qual for a sua natureza, é uma representação do passado construída intencionalmente. É um mecanismo humano de perpetuar sua memória. Deste modo, pode-se dizer que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produzem, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é um monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro—voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprio. (LE GOFF, 2001, p. 548).

A documentação será analisada buscando-se os indícios que corroborem para a compreensão dos batismos como expressão da diversidade sociocultural e das práticas de sociabilidades e de negociação. Cada fragmento, cada texto ou silenciamento pode ser revelador na interpretação dos dados. Nesse sentido, será preciso atentar-se para os detalhes dos documentos-monumentos, buscando revelações por meio das entrelinhas, dos silenciamentos, das lacunas e ausências presentes nos documentos.

Por meio da tabulação dos dados, uma das etapas da pesquisa, será possível desenvolver o seu potencial de crítica documental. Por meio da crítica histórica será possível compreender os elementos externos do documento: tipologia de suporte, data, autoria, local, escrita e anotações alheias. Essas informações são de grande relevância, pois denunciam a circularidade de profissionais públicos do Império do Brasil, como foi o caso do clero que estava subordinado às diretrizes da Arquidiocese da Bahia e da Mesa de Consciência e Ordens. Essa circularidade do clero nas freguesias sergipanas é um indício da política imperial do Padroado Régio.

Já a crítica interna dos documentos possibilita a interlocução acerca dos elementos intrínsecos à fonte, nesse caso, o conteúdo do registro histórico. Assim serão

averiguadas questões sobre o que se trata no documento, condições de formação do autor e do informante, além do confronto do registro histórico com outras fontes de sua época.

O momento da crítica documental possibilitará identificar os primeiros momentos de reflexão sobre o tema, pautando-se na documentação histórica. Trata-se de um passo fundamental para que o pesquisador possa distinguir um documento falsificado de um documento verídico. Em relação a possíveis adulterações no registro histórico, o pesquisador necessita problematizar as motivações que levaram a alguém falsificar o registro, abrindo brechas para a compreensão das relações sociais e das práticas de sociabilidades e negociações.

2.1 HERMENÊUTICA

A outra fase da pesquisa histórica é a hermenêutica. Trata-se do momento em que o pesquisador usa do intelecto para tornar o documento inteligível. É a interpretação histórica dos documentos pautada na interlocução com a historiografia acerca do tema, evidenciando as questões nacionais e locais. O documento passa a ser desconstruído, analisado minuciosamente no intuito de fornecer informações sobre o período de sua produção e da sociedade que o produziu. Na interpretação dos testemunhos o historiador busca responder a questão sobre o que o autor quis dizer por meio dessa fonte e, em muitos, o que ele não quis dizer. O silêncio também é revelador e evidencia importantes questões no ofício do historiador. É preciso buscar os indícios, os sinais deixados pelas sociedades pretéritas.

Pautando-se nessa assertiva, essa pesquisa tem como fundamento epistemológico a metodologia do paradigma indiciário defendida pelo historiador italiano Carlo Ginzburg. Por meio dessa metodologia os detalhes dos documentos das informações se tornam o centro das atenções do historiador. Assim se torna imprescindível a reconstrução do caráter dialógico da documentação, que para Ginzburg é tarefa essencial se o historiador pretende compreender as crenças dos povos que viveram em outras épocas (GINZBURG, 2007). A análise deve estar pautada nos detalhes pouco observáveis, nos elementos não identificados pelo observador comum, pois propicia uma maior oportunidade de evidenciar as intenções do autor.

Carlo Ginzburg também auxilia na interpretação das culturas, ao defender a ideia da circularidade cultural como expressão do trânsito entre as práticas e saberes das camadas populares e da elite (GINZBURG, 1989). Como se pode perceber, mais relevante do que as práticas culturais, são os atores sociais que as praticam. Desse modo, a História Social da Cultura evidencia uma estratégia de estudar a cultura para compreender o social.

2.2 SÍNTESE HISTÓRICA

Por fim, a última fase da pesquisa será a síntese histórica, no qual irá construir a narrativa histórica, apresentando os resultados da investigação. Esse processo de escrita da história acompanhará grande parte do processo de pesquisa, levando-se em consideração que uma das ações centrais do projeto consiste no campo da produção do conhecimento histórico, seja por meio da apresentação dos resultados iniciais, parciais e finais em congressos científicos da área de história e de iniciação a pesquisa, seja pela publicação em periódicos especializados, coletâneas e capítulos de livros.

Assim, o projeto evidenciará os aspectos sociais de Sergipe do período entressecular, notabilizando-se pelas questões inter-raciais nos registros de batismos. Segundo Roger Chartier (1990, p. 16) “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Assim, a escrita da História sobre o compadrio em Sergipe preenche uma lacuna na História Social.

3 PRÁTICAS DE COMPRADIO: ESTRATÉGIAS DE SOCIABILIDADE E NEGOCIAÇÕES

As práticas de compadrio constituíram uma das mais importantes estratégias de negociação e de sociabilidades da sociedade brasileira do oitocentos. A constituição de laços de parentesco por meio do batismo foi recorrente tanto entre homens e mulheres livres, como entre os cativos, evidenciando o compartilhamento de práticas sociais entre os diferentes segmentos que constituíam a sociedade brasileira imperial. Desse modo, sob a tutela da Igreja católica e do Estado, as redes de sociabilidades eram ampliadas e muitas vezes estrategicamente utilizadas no intuito de promover negociações na condição social. Nesse sentido, o compadrio pode ser visto como uma fresta para se compreender a organicidade social do Brasil Imperial.

O compadrio era estabelecido por meio de um ritual, o batismo, que inseria simbolicamente a criança ou o adulto no mundo cristão. Além disso, a escolha dos padrinhos envolvia questões que extrapolavam as redes de afinidades, pois revelam um importante arsenal que escravos e livres utilizavam no intuito de atuar politicamente no mundo, ou seja, lutando por melhores condições de vida. Essa constatação evidencia que “o sacramento comportava também alianças hierárquicas” (LAGOS, 2012, p. 2). As relações de compadrio eram tecidas a partir das escolhas batismais, ou, “nas não escolhas de determinados indivíduos” (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1998, p. 25). Desse modo, ao analisar a documentação eclesiástica a respeito dos rituais batismais é necessário observar as zonas de silêncios, em que os conflitos sociais se configuram nos bastidores (POLLAK, 1989).

A historiografia brasileira nos últimos decênios tem evidenciado a relevância dos livros batismais como fonte histórica. Grande parte desses estudos teve como foco a escravidão, que substanciados pela História Social da Cultura provocou a constituição de investigações que notabilizaram a revisão dos parâmetros historiográficos nacionais, ou seja, as verdades históricas acerca do passado nacional passaram a ser revistos ou relativizados à medida que novos estudos acerca das experiências históricas de outras regiões do país são produzidos. Desse modo, os livros de batismos das inúmeras paróquias no Brasil se tornaram fonte privilegiada nos estudos acerca de temas que passaram a centralizar as discussões historiográficas no alvorecer do século XXI, especialmente quando se trata da família escrava.

Todavia, apesar do aumento considerável de pesquisas que tem como foco essa documentação, ainda é possível detectar lacunas historiográficas. Uma delas é atinente à criança escrava. No entender de Kátia Mattoso, para a população escrava do Brasil oitocentista:

Sua palavra torna-se volátil, seus gestos desvanecem-se no anonimato redutor da escravidão. O que se pode então dizer das crianças escravas que são duplamente mudas, e duplamente escravas, vez que, geralmente, entende-se que todo escravo, mesmo adulto, é criança para seu senhor, menor perante a lei e eterno catecúmeno para a Igreja? (MATTOSO, 1988, p. 38).

A historiadora pauta-se no silêncio da população escrava e no duplo silêncio da criança escrava para reivindicar uma escrita da história voltada para a infância pobre e escrava do século XIX. Associa sua discussão a defesa pela busca de uma criança escrava como ser social (MATTOSO, 1988, p. 39). Nesse sentido, a construção dessa pesquisa parte do princípio de tentar descortinar um universo histórico ainda marginalizado, negligenciado pela historiografia nacional em diferentes perspectivas. A primeira delas é atinente ao universo da infância. Apesar dos constantes avanços promovidos pela História da Educação e pela História da Infância no Brasil, ainda são escassos os trabalhos históricos que elucidam a infância pobre, especialmente tendo como recorte espacial regiões que não estavam nos grandes eixos político-econômicos do Império do Brasil.

Por esse ângulo, essa pesquisa abre uma possibilidade de se discutir as representações sociais da infância pobre nas principais cidades da província de Sergipe, na segunda metade do século XIX e nos primeiros decênios do século XX. Assim, haverá um contraponto acerca das representações da infância pobre dos grandes centros econômicos do país e a experiência histórica de regiões tidas como periféricas, como foi o caso de Sergipe oitocentista.

A segunda contribuição historiográfica dessa pesquisa é local. Ainda são escassos os trabalhos que elegem a infância como objeto e mais raros ainda os que utilizam

como fonte os registros eclesiásticos dos livros de batismos. A exceção desse quadro é o artigo publicado por Joceneide Cunha que analisa as relações de compadrio na Vila de Lagarto entre 1850 e 1888, ou seja, no período de declínio da escravidão (CUNHA, 2013, p. 262). Todavia, quando se trata de estudos sobre batismos no período do pós-abolição em Sergipe o silêncio é sepulcral. Com isso, essa pesquisa evidencia uma perspectiva relevante para o âmbito da História Social, pois propõe um recorte temporal que possibilita a discussão acerca das representações da infância pobre, assim como a problematização das práticas de negociação entre diferentes grupos sociais nos últimos momentos do cativeiro, assim como no período da liberdade ou pós-abolição. O pós-abolição em Sergipe ainda é uma lacuna da historiografia sergipana, pois na escrita da história local a população de cor praticamente desaparece com a emancipação dos cativos em 1888.

Estudos como o de Josué Modesto dos Passos Subrinho elucidam as dificuldades na realização de pesquisa a respeito da população de cor no pós-abolição devido ao caráter pouco ilustrativo das informações documentais (PASSOS SUBRINHO, 2000). Contudo, apesar do fim do Padroado Régio e da obrigatoriedade do batismos após a Proclamação da República, os livros paroquiais referentes aos últimos decênios do século XIX e primeiros do século XX evidenciam uma valiosa fonte para as pesquisas amparadas na História Social e nesse caso, contribuirá para a compreensão das práticas de sociabilidades e de negociação da população de cor em Sergipe.

Por fim, a terceira contribuição dessa pesquisa é em relação às práticas de negociação no pós-abolição. A historiografia brasileira vem promovendo importantes investigações acerca da população de cor no Brasil republicano, no intuito de promover a visibilidade dos ex-escravos no período posterior a Lei Áurea. Nesse sentido, essa pesquisa articula-se com o projeto que vem debatendo o pós-abolição na América, que já resultou no levantamento financiado pela UNESCO de "Lugares de Memória da presença africana no Brasil", coordenado por Martha Abreu e Hebe Mattos da Universidade Federal Fluminense.

Por meio desse levantamento, inúmeras localidades de Sergipe foram indicadas para integrar a lista final de lugares de memórias da presença africana, especialmente nas cidades de São Cristóvão, Laranjeiras, Lagarto e Neópolis. A pesquisa da UNESCO em Sergipe teve como coordenadores os professores Ane Luíse Silva Mecnas Santos, Magno Francisco de Jesus Santos e Beatriz Góis Dantas. Nesse sentido, o levantamento nos livros de batismos irá consolidar essa pesquisa inicial, inserindo Sergipe no âmbito das discussões historiográficas em âmbito nacional.

Existem outras questões sociais que evidenciam a relevância do campo investigativo proposto. Trata-se das relações entre senhores e escravos. O levantamento inicial nos livros de batismos ilustram um elevado número de crianças que tiveram santos como padrinhos, especialmente Nossa Senhora. Esse elemento evidencia uma

relação de continuidade de práticas católicas tradicionais, em que prevalecem as relações de intimidade entre o devoto e o santo, tornando-se compadres e afilhados. Considerando o compadrio como uma ação de extensão da família brasileira do século XIX, conclui-se que os santos, em certa medida, tornavam-se entes familiares. Isso reforça a necessidade de promover uma discussão acerca dessas práticas no intuito de provocar uma discussão sobre o imaginário religioso da sociedade sergipana em fins do século XIX e princípios do XX.

Além disso, há outra perspectiva a ser discutida. Trata-se do silêncio acerca dos filhos ilegítimos. Em todos os casos de santos apadrinhando encontrados no livro de batismos havia uma devoção feminina como madrinha e um homem como padrinho. Isso abre campo para discutir a hipótese de que até que ponto o “amadrinhamento” sagrado não constituiu uma estratégia encontrada pela sociedade brasileira oitocentista de promover a proteção aos filhos bastardos. Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* constata uma situação similar: “outros (padres e frades) tiveram comadres; mas discretamente, quase sem pecado. Vivendo vida como de casado; criando e educando com esmero os *afilhados* ou *sobrinhos*. Sem perderem o respeito geral” (FREYRE, 2006, p. 533).

É muito provável que tal prática não fosse exclusiva do clero oitocentista e que se estendesse aos senhores e homens pobres da sociedade brasileira. Rodrigo Weimer, elucida casos em que escravos e ex-escravos do Rio Grande do Sul do final do século XIX entraram na justiça em reivindicando parte da herança de seus pais biológicos, utilizando-se como prova os livros de batismos (WEIMER, 2008, p. 248). Assim, por meio dessa pesquisa se torna possível elucidar o desenrolar dessas questões na sociedade sergipana de fim de século.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A pesquisa terá como fundamentação teórica os pressupostos defendidos pela História Social, pautando-se em Edward Thompson. Nesse sentido, por meio da documentação eclesiástica buscaremos compreender as práticas de sociabilidades e as experiências dos de baixo, ou seja, das camadas socialmente marginalizadas. Trata-se de uma leitura que busca a cosmovisão dos excluídos.

É importante frisar que a análise das fontes irão evidenciar a leitura que as camadas populares das cidades realizavam acerca do seu entorno social, expressando devoções por meio dos nomes dos filhos ou escolha dos padrinhos para os mesmos, assim como as estratégias de negociação, com a escolha dos padrinhos. Nomear é um ato de poder, de construção identitária e os nomes podem ser vistos como uma fresta reveladora das nuances sociais do oitocentos em Sergipe. Assim, busca-se a experiência dos mais pobres, atentando-se para o fato de que toda a documentação

expressa uma significação que deve ser entendida a partir dos valores socioculturais do século XIX. Por isso E. P. Thompson (2001, p. 243) já ressaltou que “todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto”.

Esta pesquisa visa contribuir com um dos grandes desafios do historiador no século XXI, que é vislumbrar grupos sociais historicamente marginalizados e excluídos. É nesse sentido que este estudo apresenta uma característica inovadora. No tocante ao período do pós-abolição, ainda são escassas as pesquisas que enfocam as camadas populares, especialmente a população de cor no nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Orgs). **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória- UFF, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/hol_2011_CaminhosLiberdade.pdf>. Acesso em: 9 set. 2014.

CUNHA, Joceneide. Construindo laços de solidariedade: o compadrio de homens e mulheres escravos na Vila de Lagarto de 1850-1888. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n.43. , p.261-276, Aracaju, 2013

DAVIS Natalie Zemon. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

DAVIS Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Indagações sobre Piero**: o batismo, o ciclo de Arezzo, a flagelação. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerres’ de Natalie Zenon Davis. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LAGOS, Rafaela Domingos. Entre santas e homens: o compadrio na Freguesia de Vitória (1850-1871). **Anais do XIII Encontro regional da ANPUH-MG**. Mariana: UFOP, 2012, p. 1-12.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5.ed. Campinas-SP: 2001.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). **Revista Brasileira de História**, v.8., n.16., p.37-55, São Paulo. Março 88/agosto 88. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25>. Acesso em: 9 set. 2013.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

Data do recebimento: 19 de Julho de 2014

Data da avaliação: 20 de Julho de 2014

Data de aceite: 21 de Julho de 2014

1. Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2005), graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe (2010) e mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é coordenadora do projeto do Centro de Inclusão Social Emília Jesus - Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, secretária da Associação Nacional de História - Seção Sergipe e diretora do Museu Galdino Bicho. Professor da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: anemecenas@yahoo.com.br
2. Acadêmica do Curso de História da Universidade Federal de Sergipe. Campus São Cristóvão-Sergipe. E-mail: anaklaudiapereira@gmail.com
3. Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Tiradentes. Campus Centro. E-mail: bruna-bubu@hotmail.com
4. Acadêmico do curso de Geografia da Universidade Tiradentes. Campus Centro. E-mail: danielvieirasst@hotmail.com
5. Acadêmico do curso de História da Universidade Tiradentes. Campus Centro. E-mail: elbersongalvao@hotmail.com
6. Acadêmica do Curso de História da Universidade Tiradentes. Campus Centro. E-mail: layra.regina@gmail.com
7. Acadêmica do Curso de História da Universidade Tiradentes. Campus Centro. E-mail: suyan_d@hotmail.com
8. Acadêmica do Curso de História da Universidade Tiradentes. Campus Centro. E-mail: ticiany-hta@hotmail.com
9. Acadêmica do Curso de História da Universidade Tiradentes. Bolsista Probiç/UNIT. Campus Centro. E-mail: danielx162008@hotmail.com